



## DECISÃO

EU, **DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA**, Presidente da CPL e Pregoeiro, venho por meio do presente instrumento, em resposta a impugnação protocolada pela empresa **TCI GROUP LOCAÇÕES LTDA ME**, assim se manifestar:

Prefacialmente cumpre ressaltar, que o Processo Licitatório n. 000554/2022, Presencial para Registro de Preços n. 050/2022, tem como objeto a contratação de empresa especializada na locação de palco, som e iluminação, em atendimento a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificações e quantidades estimadas.

É importante anotar, que a empresa **TCI GROUP LOCAÇÕES LTDA ME**, em sua peça impugnatória, questiona no edital a ausência de exigência legal referente a "Qualificação Técnica" nos itens 01 à 04, tais como: registro no CREA dos responsáveis técnicos e a apresentação da ART dos responsáveis técnicos das empresas licitantes junto ao CREA; comprovação do vínculo dos profissionais, engenheiro civil e eletricitista, seja societário, empregatício ou por contrato de prestação de serviços com a empresa licitante.

Necessário asseverar que a empresa em comento neste ponto de seus questionamentos se pondera pelo bom senso em sua narrativa, motivo pelo qual será acolhida por este Pregoeiro, passando o tópico "Qualificação Técnica", ter a seguinte redação:

"Da Qualificação Técnica

- a) Certidão de Registro/Quitação da Empresa LICITANTE perante o CREA/CAU, dentro do prazo de validade;
- b) Certidão de Registro ou Inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s), mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física - CRQPF, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia





(CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais e dentro do seu prazo de validade;

- c) Alvará de localização e funcionamento emitido pelo Município da sede da empresa;
- d) Declaração do representante legal da empresa licitante que possui pessoal técnico adequados e disponíveis para executar o serviço da contratação, nas condições fixadas no Termo de Referência;
- e) Comprovação de que o Responsável Técnico apresentado é parte integrante da empresa, podendo ser comprovado através de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), ficha de empregados, contrato de prestação de serviços em vigor ou em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita através de apresentação do Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente;
- f) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico – CAT, para execução de serviços de características semelhantes”.

Aduz ainda a **IMPUGNANTE** em sua peça que embora seja uma empresa com ampla gama de serviços oferecidos, já tendo sido contratada para desempenho de inúmeros contratos administrativos no Estado do Espírito Santo e outros adjacentes, sendo a maior parte deles de objeto similares à alguns do edital em apreço, não poderia ou teria enorme dificuldade em realizar todas as atividades previstas nos itens 01, 02, 09, 10 e 11 do edital, tal a variedade quantitativa dos serviços, não restando outra alternativa senão o oferecimento da presente impugnação.

Informa ainda que seria mais vantajoso para a Administração Pública Municipal de Irupi/ES que se reorganizassem os itens 01, 02, 09, 10 e 11 em itens





específicos, "Serviços de Camarim, House Mix, Sonorização e Iluminação, Transmissão Simultânea e Fornecimento de Operador".

Neste ponto não deve prosperar a argumentação exposta pela empresa **IMPUGNANTE**, vez que a mesma licitação, com o mesmo objeto e do mesmo formato tem sido realizada todos os anos com ampla concorrência, possibilitando sim a Administração Pública Municipal de Irupi/ES obter uma proposta mais vantajosa e econômica.

Ademais entra a empresa **IMPUGNANTE** em seara da qual não lhe compete, vez que o Interesse Público Municipal sempre se sobressai ao interesse particular, não podendo a Administração se submeter aos caprichos da empresa em comento pelo simples fato desta não deter condições mínimas de prestar os serviços ora licitandos nas condições determinadas pelo Município.

Assim sendo, a linha argumentativa da empresa **IMPUGNANTE** no presente tópico não deve prosperar, permanecendo o edital nos mesmos moldes formatados pela Secretaria Solicitante, vez que tal formatação atende as especificidades do Município quanto a contratação.

Por todo o exposto, julgo a presente peça impugnatória parcialmente procedente acatando as alterações sugeridas pela empresa no tópico "Qualificação Técnica", e negando as alterações sugeridas pela empresa em relação a formatação dos itens 01, 02, 09, 10 e 11.

Encaminhos os autos a Autoridade Máxima Municipal para que está tome conhecimento da decisão exarada por este Pregoeiro e se manifeste acompanhando o entendimento deste Pregoeiro ou não.

Atenciosamente,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES**



Irupi/ES, 21 de setembro de 2022.

**DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA**  
**Presidente da CPL/Pregoeiro**